

TRABALHO DE RECUPERAÇÃO 1º TRIMESTRE 2020

ALUNO (A): _____ TURMA: _____

VALOR: 12,0 Nota: _____

Leia os textos a seguir

Texto I

A falta de acesso à internet aumenta a desigualdade social, diz Andrew Sullivan, da Internet Society

O **Marco Civil da Internet**, instituído em 2014, define o acesso à **internet** como essencial ao exercício da cidadania no **Brasil**. Anos antes, em 2011, a **Organização das Nações Unidas (ONU)** definiu a conectividade como um direito fundamental. A internet é percebida como um serviço tão necessário quanto a eletricidade, mas ainda existem barreiras de acesso. No atual cenário de crise, qual é a relevância do debate sobre **inclusão digital**? Segundo a última pesquisa **TIC Domicílios**, do **Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)**, o Brasil tem 126,9 milhões de usuários de internet, concentrados nos grandes centros urbanos e entre pessoas de maior poder aquisitivo – menos da metade (48%) dos brasileiros das classes D e E têm acesso. Dados do **Observatório Social da Covid-19 da Universidade Federal de Minas Gerais**, que usa dados do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, sugerem que mais de 30 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à internet.

Endereçar esta questão é especialmente importante em um momento em que a população depende da web para conseguir atravessar a pandemia da **Covid-19**, diz **Andrew Sullivan**, presidente e CEO da **Internet Society**, organização norte-americana sem fins lucrativos que lidera o debate sobre padrões, educação, acesso e políticas relacionadas à internet. “Já podemos notar que aqueles que estão sem acesso à rede são duplamente prejudicados durante a pandemia, pois não possuem uma ferramenta que os permita manter contato com outras pessoas de maneira fácil e barata, principalmente quando confinados em casa”, aponta. “As pessoas [*digitalmente incluídas*] têm oportunidades: elas podem trabalhar remotamente, comunicar-se com médicos usando **videoconferência**, pedir itens essenciais, vender produtos ou serviços e continuar a buscar educação”, acrescenta. “A única opção para aqueles que não têm acesso a tudo isso online é sair de casa quando não é seguro, e portanto aceitar o risco de sair ou simplesmente ficar sem estas coisas.”

A **exclusão digital** também contribui para o agravamento de problemas estruturais vistos em países em desenvolvimento, segundo Sullivan. “Se não queremos que as desigualdades existentes aumentem, precisamos garantir que todos tenham acesso às oportunidades que a internet pode trazer”, ressalta.

A sociedade excluída digitalmente à medida que a crise do **coronavírus** evolui também está exposta aos problemas relacionados à rápida disseminação de informações – mas essa é uma faca de dois gumes, segundo Sullivan, pois o mesmo mecanismo que permite que as notícias falsas se espalhem, também pode ajudar na disseminação de informações reais e úteis. “Pesquisadores e profissionais de saúde na linha de frente disponibilizam informações online, com a intenção de que elas se espalhem ainda mais rapidamente que a doença. Isso permite que cidadãos e governos tomem medidas para a contenção, tratamento e prevenção mais rapidamente”, pontua. “A base para essas ações é o conhecimento e a internet é uma ferramenta vital para garantir que o conhecimento esteja em todo lugar: por exemplo, resultados de testes podem ser comunicados mais rapidamente, possibilitando um conhecimento melhor de onde estão ocorrendo os surtos e quais são os fatores de risco”, acrescenta. “Obviamente, [*a internet*] não pode trazer resultados onde nenhum teste está sendo realizado, mas pode informar a população melhor sobre a realidade da situação.”

Governos em países como o Brasil têm trabalhado em programas que visam garantir o acesso universal à internet, mas segundo Sullivan, ainda falta uma referência de sucesso absoluto: “É justo dizer que nenhum projeto chegou a corresponder a todas as nossas esperanças”, avalia. A principal razão pela qual tais programas não conseguem cumprir o objetivo de garantir **banda larga** para todos, é, segundo o CEO da Internet Society, o fato de serem concebidos como programas “muito grandes e monolíticos”, o que vai contra os princípios de descentralização da rede.

Texto II

REDES COMUNITÁRIAS

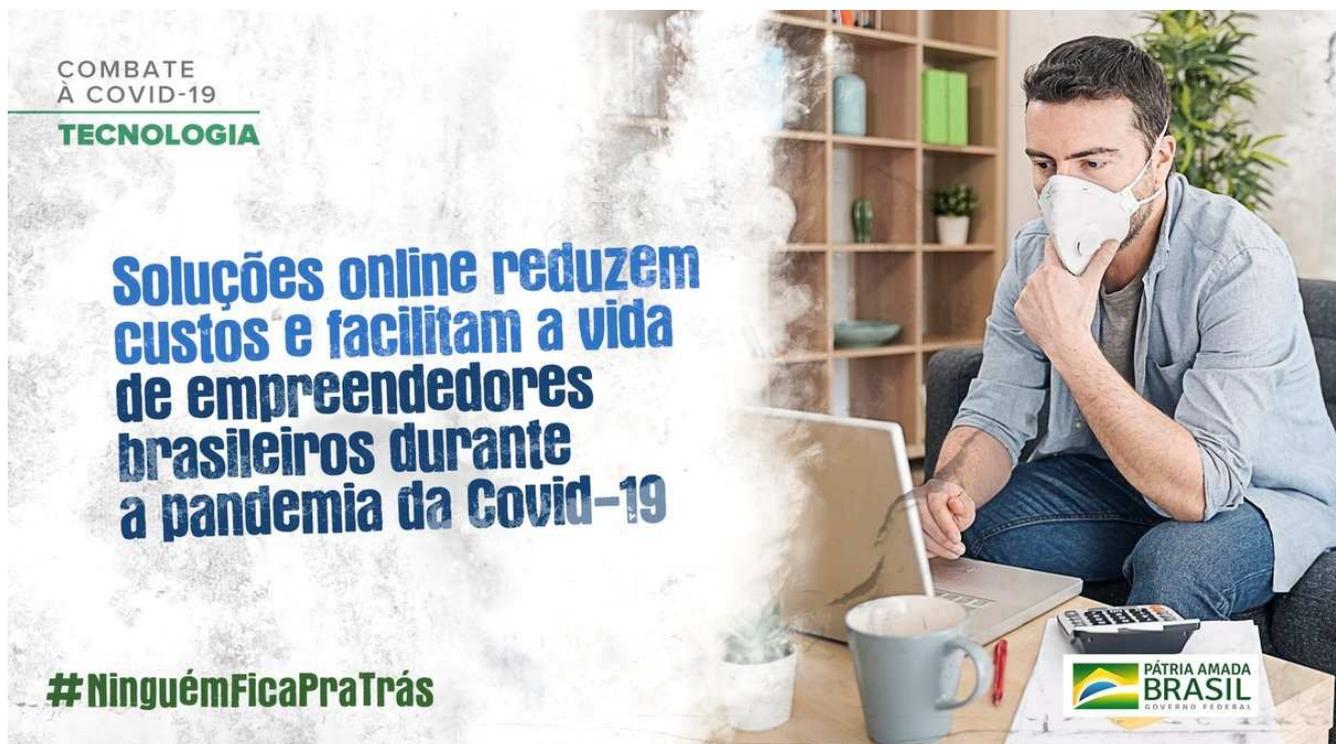
Uma lição que pode ser aprendida dos esforços feitos em **conectividade** no Brasil, segundo Sullivan, é sobre o progresso que pode ser conquistado com um mosaico de diferentes programas e abordagens. Segundo o CEO da Internet Society, isso parte de uma “grande vontade de experimentar alternativas” vista em países latinos como forma de superar as dificuldades na inclusão digital. “O Brasil é um ótimo exemplo disso, pois possui milhares de **provedores** de serviços de internet, pequenos e médios fornecedores que atingem áreas remotas e rurais com **fibra ótica**”, ressalta. Sullivan destaca que essa malha de SMEs possibilita um maior desenvolvimento da rede, por meio do que a Internet Society chama de redes comunitárias.

Esta abordagem hiper-local é o foco da organização norte-americana, que busca apoiar comunidades que garantem a conectividade em locais específicos. “Essa abordagem do ‘faça você mesmo’ garante a disponibilidade de internet nos locais e formas que as pessoas precisam”, aponta. A Internet Society fornece treinamento e apoio para que a população local mantenha e opere o equipamento necessário para operar redes comunitárias e também ajuda a desenvolver o plano de negócios para o projeto. “Obviamente, tudo isso requer investimento nas habilidades das pessoas, por isso não é mágico. Leva tempo e esforço, mas funciona”, diz Sullivan, mencionando que, em janeiro, a **Anatel** reconheceu explicitamente o papel que as redes comunitárias desempenham na inclusão digital no Brasil.

As redes comunitárias e as tecnologias usadas para viabilizá-las são, por vezes, contestadas pelos operadores de rede que querem manter o controle de mercado, segundo Sullivan. “Governos podem fazer algo sobre isso e alguns estão até apoiando redes comunitárias e outras formas alternativas de permitir o acesso à internet.” Enquanto governos têm um papel a desempenhar em garantir o acesso à internet, em aspectos como marcos regulatórios, Sullivan acredita que o processo envolve outros atores: “A população também tem uma responsabilidade, pois as conexões não acontecerão se as pessoas não as exigirem. Acreditamos que a internet é para todos e que todos serão necessários para disponibilizá-la.”

Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2020/04/a-falta-de-acesso-a-internet-aumenta-a-desigualdade-social-diz-andrew-sullivan-da-internet-society/>. Acesso em: 26.04.2020.

Texto III



COMBATE
À COVID-19

TECNOLOGIA

Soluções online reduzem custos e facilitam a vida de empreendedores brasileiros durante a pandemia da Covid-19

#NinguémFicaPraTrás

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Texto IV**Digitalização abrange 54% dos serviços públicos**

Principal alternativa para o cidadão resolver problemas com o governo em tempos de isolamento social, a digitalização abrange 54% dos serviços públicos, segundo a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia. Ao todo, 1.834 serviços podem ser acessados sem sair de casa, por meio do portal do governo.

Com ações divididas por categoria e um sistema de busca pelo serviço desejado, o portal tem uma interface intuitiva, que permite ao cidadão encontrar facilmente o que deseja. A página também tem uma lista de todos os aplicativos do governo federal para dispositivos móveis (smartphones e tablets) nos sistemas operacionais Android e iOS.

Ao todo, o portal oferece 3.490 serviços, dos quais 54% (1.834) são totalmente digitalizados. Os demais serviços ainda exigem atendimento presencial ou entrega de documentos físicos em alguma etapa.

O Ministério da Economia tem trabalhado para aumentar o percentual de serviços totalmente digitalizados. Dois decretos editados nos últimos dias regulamentaram a Lei de Liberdade Econômica e os documentos digitalizados têm o mesmo valor que o documento físico.

O primeiro define as regras de digitalização, assegurando a rastreabilidade e a autenticidade do documento e o descarte de documentos em papel, preservando os documentos de valor histórico. O segundo decreto permite que os órgãos do Poder Executivo troquem entre si, por meio digital, documentos e informações necessárias para a aplicação de políticas públicas. O procedimento desobriga o cidadão de reapresentar certidões e atestados em áreas diferentes.

Os decretos permitirão que o trabalhador com doença ou incapacidade tire uma foto do atestado do médico particular e o anexe, por meio do serviço Meu INSS, ao pedido do auxílio doença ou de aposentadoria por invalidez. A novidade foi anunciada na última quinta-feira (19) como uma das medidas para evitar o deslocamento de pessoas vulneráveis às agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, os quatro serviços digitais mais procurados no portal www.gov.br são os pedidos de aposentadoria por tempo de contribuição e a atualização dos dados cadastrais no INSS, com 1 milhão de pedidos por ano cada; o pedido de benefício assistencial a pessoa com deficiência, com 796 mil pedidos/ano; e o pedido de cópia de processo no INSS, com 729 mil pedidos anuais.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/digitalizacao-abrange-54-dos-servicos-publicos>. **Acesso em:** 26.04.2020. (Adaptado)

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Caminhos para garantir a Inclusão Digital na sociedade brasileira**, apresentando proposta de intervenção que respeite os Direitos Humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.